

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO DE VIDROS TEMPERADOS¹

Eliana Ballena, Sabrina Canal Hartmann, Tamires Telles²
Frankimar Wilson Mazetto, Leossania Manfroi³

RESUMO

Neste trabalho será abordado o comércio de vidros temperados. A questão problema do estudo é: Qual o regime tributário adequado para uma empresa comercial do segmento de vidros temperados? O objetivo do estudo é verificar o regime tributário adequado para uma empresa comercial do segmento de vidros temperados. O estudo justifica-se em três quesitos, o lado prático, o teórico e o social. O primeiro traz consigo o legado, e relevância de realizar o que está em lei, executar as cargas tributárias de forma correta, e buscar alternativas legais para diminuir os tributos onerados. O segundo pela utilização do estudo no presente, a possibilidade de similares observarem a pesquisa e se basearem para utilizar em suas empresas, em enfoque para empresa estudada, que pode analisar se os seus métodos utilizados estão corretos, e caso necessários ajusta-los. Por fim o terceiro, é a aplicação do custo que foi reduzido, de forma correta, em áreas que necessitam investimentos, implicando em desenvolvimento e crescimento para instituição.

Palavras-chave: Segmento de vidros temperados. Regime tributário. Planejamento tributário.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade humana e a insatisfação cotidiana movimentam o mundo. A busca para suprir as necessidades básicas, exigências particulares e gregárias, traz consigo mudanças e inovações. Desde o respirar, até o deitar, têm-se ações, sendo algumas independentes de decisões, e outras acionadas somente com um ponto de partida. O novo, diferencial, o algo a mais, ativa o lado dinâmico de cada um (FIGUEREDO, 1999).

O ser humano no âmbito profissional carrega seus ideais e a partir deles modifica seu meio. Identificar falhas, pontos negativos a serem melhorados, e até mesmo atitudes válidas ainda não praticadas, atribuem visões de mudança e progresso. A procura por caminhos e alternativas para diminuição de gastos, pagamentos e tributos, está entre as prioridades das empresas.

Para reduzir custos faz-se necessário um planejamento, que somente pode ser elaborado embasado num conhecimento literal da causa. Na área tributária, o planejamento é

¹ Título da atividade corporativa apresentada no 2º Período de Ciências Contábeis da UCEFF.

² Acadêmicos do 2º Período de Ciências Contábeis da UCEFF.

³ Orientadores da pesquisa, docentes da UCEFF, frankimazetto@hotmail.com, leossania@uceff.edu.br.

indispensável para todos os colaboradores, desde pessoas físicas e jurídicas, e não é utilizado somente para reduzir custos, mas como uma ferramenta administrativa (CHAVES, 2009).

Com menos tributos a serem pagos, a empresa pode investir em outras áreas, ampliar suas fronteiras e capitais. O planejamento tributário não é apenas um direito, mas um dever determinado pelo artigo 153 da Lei nº 6.404/76. O contribuinte deve sempre estar buscando a alternativa menos custosa, que lhe interessa e encaixe melhor (FERNANDES, 2009).

Atenção e conhecimento são apenas dois dos requisitos necessários para os profissionais tributários. A constante alteração da legislação implica na necessidade do domínio de assunto, não somente contábil como também jurídico, para assim não levar o contribuinte a cometer erros e até mesmo um crime contra a ordem tributária. Lembrando sempre que as dívidas devidamente constituídas, não devem ser reduzidas, pois muitas das vezes só acabam gerando problemas (CHAVES, 2009).

Em cada empresa o planejamento tributário é realizado de uma forma, pois cada uma vivência sua realidade, mesmo possuindo características iguais, cada qual terá uma finalidade com o mesmo. Para essa análise são utilizados a legislação tributária, os documentos contábeis da empresa, os livros contábeis e fiscais, as guias de recolhimentos e declarações de rendimentos, DACON, DCTFs e PERDECOMP, e as declarações específicas de cada contribuinte (FERNANDES, 2009).

O planejamento tributário pode ser classificado em três categorias: conservador, moderado e agressivo. O conservador é aquele em que o técnico aplica o que está na lei ordinária, não sendo necessária qualquer interpretação judicial, aplicação dos princípios ou conhecimento da Constituição Federal ou Código Tributário Nacional. Já o moderado, é necessário haver um maior conhecimento da legislação tributária, assim como afinidade com a Constituição Federal e com o Código Tributário Nacional, bem como o acompanhamento do posicionamento do Poder Judiciário sobre matérias polêmicas [...] O planejamento tributário agressivo é a escolha de uma ação que não está autorizada na lei ordinária, somente com base em interpretação do Código Tributário Nacional e na Constituição Federal. Mas o contribuinte não ingressa com o pedido judicial, ou seja, ele faz a escolha e realiza o procedimento e espera ser interpelado pelas autoridades fiscais, e caso seja autuado, ingressa com os recursos administrativos e judiciais, se necessário (CHAVES, 2009, p. 9 e 10).

Diante do exposto apresenta-se a questão problema do estudo: **Qual o regime tributário adequado para uma empresa comercial do segmento de vidros temperados?** O objetivo do estudo é verificar o regime tributário adequado para uma empresa comercial do segmento de vidros temperados.

O estudo justifica-se em três quesitos, o lado prático, o teórico e o social. O primeiro traz consigo o legado, e relevância de realizar o que está em lei, executar as cargas tributárias de forma correta, e buscar alternativas legais para diminuir os tributos onerados. O segundo pela utilização do estudo no presente, a possibilidade de similares observarem a pesquisa e se

basearem para utilizar em suas empresas, em enfoque para empresa estudada, que pode analisar se os seus métodos utilizados estão corretos, e caso necessários ajusta-los. Por fim o terceiro, é a aplicação do custo que foi reduzido, de forma correta, em áreas que necessitam investimentos, implicando em desenvolvimento e crescimento para instituição.

2 AMBIENTE DE ESTUDO

Não se sabe exatamente a origem do vidro. Entre as hipóteses temos os mercadores fenícios que através de uma fogueira e blocos de salitre e soda, perceberam acidentalmente que do fogo escorria uma substancia brilhante, que logo após solidificava-se, o vidro, mas há também quem cite que nas pirâmides egípcias, era possível encontrar objetos de vidro, a 4.000 a.C (HALL, 2013).

No ano de 100 a.C, quando os romanos começaram a utilizar o sopro, dentro de moldes, as técnicas de fabricação do vidro desenvolveram-se, possibilitando assim sua produção em série. Até 1990 a fabricação dessa matéria prima era secreta e somente após o século XX com a utilização dos fornos contínuos a recuperação de calor e equipados com máquinas semi ou totalmente automática possibilitou essas produções em massa. O que revolucionou a tecnologia dessa próspera indústria foi o desenvolvimento do processo para produção do vidro Float, conhecido também como cristal, pela Pilkington, na Inglaterra, no ano de 1952 (HALL, 2013).

Cada dia mais utilizado, o vidro já possui um papel fundamental na arquitetura, nas construções em geral e nas edificações sempre está presente. Entre os motivos da sua larga utilização, tem-se a sua função primordial, a transparência, permitindo a passagem de luz e a conexão entre ambientes; durabilidade, o vidro é um material frágil, mas não fraco, podendo ser utilizado até em pisos; impermeabilidade, empregado como material de cobertura substitui elementos opacos e pesados.

Sinônimo de modernidade, alta tecnologia e perfeição, o vidro está sendo utilizadas em fechamentos de grandes edifícios, fachadas inteiras revestidas por esse material, em diversas cores, propriedades luminárias e acústicas. Não somente pelo lado estético, essa aplicação implica em economia de energia e traz consigo um ambiente agradável e atraente.

O vidro temperado é um vidro que recebeu um tratamento térmico reforçado, implicando em aumento de resistência contra tensões mecânicas e térmicas, sem alterar as propriedades do produto base. A resistência aumenta cerca de seis vezes mais do que o vidro comum, e sua ruptura na proporção de três vezes menos. Por esse motivo são amplamente utilizados como vidro de segurança, em portas e tampos de mesa (BNDES, 2007).

A construção civil residencial para o setor é sem dúvida a mais relevante. A disponibilidade da obtenção do crédito imobiliária impulsiona o crescimento nos últimos anos, dessa atividade de grande demanda reprimida. Tanto para decoração de interiores e mobília, o vidro plano na construção, tem um crescimento não apenas elevado, mas como crescente (SCHERER, 2005).

Por fim para contribuir no desenvolvimento e utilização do vidro temperado, as empresas em si, deveriam utilizar um posicionamento mais agressivo. Utilizar com mais frequência de propagandas para demonstrar as vantagens e promoções de seus produtos. Faz-se necessário uma visão comercial mais marcante, com o objetivo de criar competitividade empresarial (BNDES, 2007).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa tem por finalidades abordar os temas correlacionados á gestão da contabilidade nas empresas.

3.1 A HISTÓRIA E A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

A contabilidade é a ciência que estuda as variações referente a quantidade e a qualidade que ocorre com o patrimônio de uma empresa. Através da mesma é fornecido o máximo de informações necessário para a tomada de decisões, e controle patrimonial (LOPES DE SÁ, 2010).

O ser que se dedica a Contabilidade possui deveres para com a regularidade do emprego racional da riqueza nas empresas, nas instituições diversas, assim como perante o ensino, a pesquisa, a difusão cultural e educacional, o mercado, a sociedade e também na produção de provas e opiniões sobre comportamentos do patrimônio (LOPES DE SÁ, 2010, p. 149).

Mostrando-se sempre muito presente na vida do homem, a contabilidade, até mesmo em tempos mais rudimentares, se fez existente na sociedade por uma de suas verdades mais conhecidas: o controle (COELHO; LINS, 2010).

Esta ciência exerce um papel fundamental em uma sociedade ou organização, pois além de ter a capacidade de controle possui também o mérito de analisar a condição patrimonial de determinado lugar ou espaço (COELHO; LINS, 2010). A mesma vem se expandindo cada vez mais se habituando ao ambiente e ao período em que está deslocando-se, como até mesmo alguns autores descrevem que é possível observar em vários outros povos, vários indícios de

formas e métodos de contabilização que colaboraram para o desenvolvimento dessas noções nos tempos antigos (LOPES DE SÁ, 2010).

A história e a evolução da contabilidade são marcadas por alguns períodos que vieram se aprimorando ao longo dos séculos que são eles: períodos antigo, medieval, moderno e científico. No início as normas contábeis ou também conhecidas como princípios contábeis, identificavam-se como pressupostos básicos e características qualitativas das DC (Demonstrações Contábeis) (COELHO; LINS, 2010).

Hoje, o princípio da competência diz que as receitas e as despesas precisam ser incluídas na apuração do resultado do período em que aconteceram independentemente de recebimento ou pagamento (CFC, 2003). Um bom exemplo para este princípio pode ser uma venda que foi efetuada em agosto com recebimento para setembro, neste caso a receita de venda deverá ser contabilizada no mês de agosto (IOB, 2003).

3.2 A CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

A contabilidade tributária se define como um ramo da contabilidade que tem como objetivo colocar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada. Sendo um ramo tem, portanto, o dever de demonstrar a situação do patrimônio e o resultado do exercício, de forma esclarecedora e precisa, seguindo rigorosamente os conceitos, princípios e normas básicas de contabilidade (FABRETTI, 2006).

Tem como objeto apurar com total exatidão o resultado econômico do exercício social, apresentando o mesmo de forma clara e sucinta, para a seguir, atender de forma extra contábil às exigências das legislações do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro, determinando a base de cálculo fiscal para formação das provisões destinadas ao pagamento destes tributos. Para alcançar de forma plena esse objetivo, é necessário estudar, registrar e controlar os atos e fatos administrativos que geram alterações patrimoniais, e como consequência o resultado econômico positivo ou negativo (BENETTI, 2002).

O planejamento tributário nada mais é do que um estudo feito antecipadamente, ou seja, antes da execução do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas (FABRETTI, 2006).

O IPI é um imposto de domínio do Governo Federal que incide sobre a industrialização de produtos manufaturados. A alíquota varia conforme o produto e normalmente possui tarifas mais altas sobre produtos considerados supérfluos (bebidas, cigarro, perfumes, automóveis,

etc.) e alíquotas mais baixas para produtos de primeira necessidade (alimentícios, vestuário, calçados, etc.) (BENETTI, 2002).

O ICMS é o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, mesmo que as operações e prestações iniciam-se no exterior. Trata-se de um conceito de origem constitucional (CAMARGO,2008).

No Brasil em nível federal os principais tributos são: COFINS, CSLL, FGTS, IR, ITR, IOF, IPI, PIS/PASEP, CVM, entre outros. Em nível estadual temos: ICMS, IPVA, ITCMD, contribuição de melhoria e as juntas comerciais. Já nos municipais são: Contribuição de melhoria, IPTU, ISS, ITBI, taxa de coleta de lixo, taxa de combate a incêndios, taxa de conservação e limpeza pública, taxa de emissão de documentos, taxa de iluminação pública, taxa de licenciamento e alvará municipal (IMPOSTOMETRO,2013).

Dentre os regimes tributários, O Simples Nacional é compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (RECEITA FEDERAL,2014).

Podem optar pela tributação com base no Lucro Presumido as pessoas jurídicas, não obrigadas à apuração do lucro real, cuja receita bruta total, no ano calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00, ou ao limite proporcional (RECEITA FEDERAL, 2014).

Sobre o Lucro Real o imposto deve ser apurado e recolhido trimestralmente, levando em consideração o lucro tributável, este que deve ser apurado mediante a Contabilidade da empresa e a escrituração do Livro do Lucro Real (LALUR). Portanto, é um regime tributário adequado para empresas que possuem menores margens de lucro líquido, e para as de grande porte (DUARTE,2013).

No Brasil a grande maioria das empresas podem optar por dois sistemas de tributação: o Lucro Presumido e o Lucro Real. Existe também o Simples Nacional, mas que é exclusivo para Microempresas e Empresas de pequeno porte.

3.3 ECONOMIA

Várias questões ligadas às atividades diárias estão vinculadas a assuntos econômicos. Conceituamos economia de acordo com Garcia e Vasconcellos (2008, p. 2).

Define-se como a ciência social que estuda de que maneira a sociedade decide (escolhe) empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas. Ou seja, é a ciência social que estuda como a sociedade administra recursos produtivos (fatores de produção) escassos.

Na sociedade cotidianamente são necessárias escolhas, para desenvolver os meios de produção, os recursos para manter os propósitos, além de outros fatores relevantes que levam em conta os estudos desenvolvidos pela economia.

3.3.1 Mercado, Concorrentes e Fornecedores.

O mercado oferece uma variedade de vidros desde os mais simples até os mais aprimorados para atender a demanda e satisfazer as exigências do consumidor. Há disponível no comércio a mais variada gama de produtos para a escolha na hora da compra. De acordo com Passos e Nogami (2002) a procura de um indivíduo por um determinado bem ou serviço refere-se à qualidade desse bem que ele está disposto e capacitado a comprar em determinado período de tempo para seu consumo.

O mercado por sua vez, oferta os produtos exigidos pelos consumidores, de acordo com Troster e Mochón (2002). O comércio é uma forma de intercâmbio na qual se realizam compras e vendas de bens e serviços, pondo em contato compradores e vendedores.

Os materiais de vidros podem ser considerados como bens de suma importância para a qualidade de vida das pessoas, porem são de fácil substituição, ou seja, há uma série de marcas e tipos diferentes, disponibilizando variados preços e qualidades.

Podem-se encontrar várias empresas que fornecem esse mesmo tipo de produto sendo de grande porte ou de pequeno porte de vendas. No âmbito regional o maior número de empresas com esse ramo é de menor porte, propiciando maior concorrência, e um equilíbrio entre os mesmos.

A concorrência está associada, normalmente, á ideia de rivalidade ou oposição entre dois ou mais sujeitos para conseguir um objeto, como a utilidade pessoal ou a ambição econômica privada. Em economia, essa concepção foi completada por outra que considera a concorrência um mecanismo da organização dos mercados, isto é, uma forma de determinar os preços e as qualidades de equilíbrio (Troster; Mochón, 2002 p. 155).

Para a fundação de uma entidade comercial, além de serem observados os concorrentes regionais e locais, para que o mercado se estabeleça de forma sólida é necessário que seus fornecedores proporcionem produtos de qualidade, garantindo a satisfação do consumidor final. Os fornecedores podem ser fabricantes, distribuidores, revendedores e representantes

autorizados. O principal fator a ser observado na escolha dos fornecedores, será a qualidade dos produtos, os valores e as condições oferecidas para pagamento (TROSTER; MOCHÓN, 2002).

3.3.2. Comércio e economia Internacional

Os países importam muitas mercadorias, bens e serviços que poderiam ser produzidos por eles mesmos. A justificativa para esse intercâmbio internacional é que em alguns países não há matéria prima para a produção do produto, tecnologia avançada, grandes áreas de terras cultiváveis, condições climatológicas e entre outros fatores. Segundo Troster e Mochón (2002), o comércio internacional facilita a especialização, ao permitir que cada país possa colocar no resto do mundo os produtos excelentes em que se especializou.

Ainda que houvesse as vantagens, são frequentes os obstáculos, sendo as tarifas e quotas à importação. As transferências econômicas internacionais entre os países são registradas contabilmente no balanço de pagamento. Segundo Troster e Mochón (2002, p. 278).

O balanço de pagamento é um documento contábil que registra sistematicamente as transações de um país com o resto do mundo, durante um determinado período de tempo. Ele fornece informação detalhada sobre todas as transações econômicas com o exterior, sejam de bens, serviços ou financeiras.

O comércio internacional está presente em grande parte da história da humanidade, mas a sua importância econômica, social e política se tornou crescente nos últimos séculos.

3.4 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA

É necessário que o objetivo primário da administração financeira e orçamentária seja a maximização do lucro. A Administração Financeira e Orçamentária segundo Loures (2010) tem como objetivo proporcionar as empresas o aumento de lucros para seus proprietários, e como em todas as atividades são necessários recursos financeiros, proporciona um estudo para a aplicação desses recursos.

3.4.1 Definição de Administração Financeira e Orçamentária

O departamento financeiro das empresas desempenha importante função, por meio dele são registradas as entradas e saídas de valores, através de uma boa gestão os resultados alcançados durante as atividades serão favoráveis, conseqüentemente aumentarão os lucros da

empresa. De acordo com Loures (2010) o departamento financeiro é responsável por realizar aplicação dos recursos, onde de acordo com as decisões e escolhas tomadas os resultados podem demonstrados seu sucesso ou não.

Por meio de orçamentos é que as empresas realizam seus planejamentos, e através deles é que podem tomar suas decisões, de acordo com Moreira (1999, p. 15).

Orçamento é um conjunto de planos e políticas que, formalmente estabelecidos e expressos em resultados financeiros, permite à administração conhecer os resultados operacionais da empresa e, em seguida, executar os acompanhamentos necessários para que esses resultados sejam alcançados e os possíveis desvios sejam analisados, avaliados e corrigidos.

Por meio dos orçamentos é que a empresa elabora um plano de ações, e pelos resultados, pode se organizar, calcular seus gastos, realizar projetos para o futuro, reduzir custos, tudo a fim de possuir uma visão ampla para tomar decisões mais exatas (MOREIRA, 1999).

3.4.2 As Novas Responsabilidades da Administração Financeira

A Administração Financeira nos últimos anos vem recebendo alguns ajustes, para garantir melhor desempenho dentro das empresas. As responsabilidades dos Administradores Financeiros, sem dúvida são cruciais. Por meio deles é que muitas decisões serão tomadas refletindo, diretamente no resultado da mesma (GITMAN, 1978).

O profissional que exercer essa função deve possuir um alto nível de conhecimento e de acordo com Gitman (1978) devem seguir um princípio, o qual diz respeito às ações realizadas na empresa, onde somente serão tomadas se os benefícios adicionais superarem os custos, garantindo um bom resultado.

3.4.3 Perfil dos Administradores Financeiros e Orçamentários

O planejamento minucioso nas entidades garante um melhor desempenho de suas atividades. Muitas empresas deixam de existir justamente por esta falta de planejamento. Para obtenção de bons resultados é necessário que essa função de planejar seja executada por um bom profissional (STEPHEN; WESTERFIED, 2002).

“Acredita-se que a tarefa mais importante de um administrador financeiro seja criar valor nas atividades de investimento, financiamento e gestão de liquidez da empresa” (STEPHEN; WESTERFIED, 2002, p.25).

Esse gestor terá a função de tomar decisões assertivas, para de acordo com os reflexos do mercado promover ações em benefício da empresa.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este tópico apresenta a classificação metodológica utilizada para esta pesquisa. Segundo Demo (1987, p. 19).

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos, disto trata a metodologia.

De acordo com as autoras Marconi e Lakatos (2010, p. 65).

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

O nível de pesquisa utilizado classifica-se como Pesquisa Descritiva.

A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (BEUREN *et al.* 2008, p. 81).

Com relação ao delineamento este estudo classifica-se como Estudo de Caso.

“A pesquisa de estudo de caso caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso. Esse estudo é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinado caso específico” (BEUREN *et al.* 2008, p.84).

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário/ entrevista. “O questionário constitui-se de uma série ordenada de perguntas relacionadas a um tema central, que são respondidas sem a presença do entrevistador. É uma das formas mais utilizadas para obtenção de dados, por permitir mensuração mais exata” (OLIVEIRA, *et al.* 2003, p. 71). A população desta pesquisa são todas as empresas do segmento de vidros localizadas no município de Chapecó/SC.

“População são todos os membros de um grupo definido de pessoas ou itens” (FIGUEIREDO *et al.* 2014, p. 42). Já a amostra delimita-se a empresa HALL COMÉRCIO DE VIDROS LTDA sendo que a mesma se encontra localizada no município de Chapecó/SC.

“Amostra é a porção de uma população pré-definida” (FIGUEIREDO et.al., 2014, p. 42). A técnica de análise e interpretação de dados utilizada classifica-se como qualitativa.

“Qualitativo é a interpretação dos dados levando-se em consideração seu conteúdo, a forma de apresentação adotada na maioria dos casos é a elaboração de textos” (FIGUEIREDO et.al. 2014, p. 44).

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

São apresentadas as análises e interpretações dos dados da empresa pesquisada, Hall Comércio de Vidros LTDA, sendo a caracterização da empresa, levantamento das receitas, despesas e custos, planejamento tributário e análises dos indicadores econômicos e financeiros.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA OBSERVADA

Em entrevista com a sócia/proprietária da empresa Hall Comércio de Vidros LTDA, Elis Regina Canal Hall, foram obtidas as percepções a seguir: A constituição empresarial da empresa é LTDA, e seu regime de tributação o Simples Nacional. Atua no mercado há 10 anos, possui 15 colaboradores e dois sócios, sendo um majoritário. Localiza-se na Rua Sérgio Luiz Semeghini, 194-D, Bairro Líder, Chapecó - SC.

Atuando em Chapecó e região Meio-Oeste de Santa Catarina, a Hall Comércio de Vidros LTDA oferece montagem e colocação de vidros temperados em geral, como portas, janelas, fachadas, divisórias, entre outros. Observa-se que seu campo de atuação, é uma região promissora, de constante crescimento e desenvolvimento. Desde pessoas físicas à jurídicas, os clientes da empresa localizam-se não somente em Chapecó, e divulgam o trabalho e competência da mesma, através da indicação do bom trabalho e satisfação, sendo este o meio de propaganda mais forte e eficaz. A tecnologia e publicidade também transmite a marca da empresa, mas o que mais atrai novos clientes são as indicações de competência, e fechamento de importantes obras como o novo Ofício de Registros de Imóveis de Chapecó, Honda Motors de Concórdia, Citroen de Caçador e diversas lojas do Shopping Pátio Chapecó, Morana Acessórios, Cansian Prime, Hope, entre outras.

A política de formação de preço utiliza o cálculo de porcentagem sobre o custo da matéria prima, mais mão de obra e lucro. Entre o preço à vista do a prazo, encontram-se diferenças como um maior desconto. Entretanto no segundo busca-se o acordo entre o melhor para o cliente e para empresa. No pagamento a prazo as cobranças são realizadas em boleto ou

em cheque. A contabilidade da empresa é externa, terceirizada, de fácil acesso e entendimento, fornecendo informações a qualquer momento, de forma clara e objetiva.

5.2 LEVANTAMENTO DAS RECEITAS, DESPESAS E CUSTOS

Na realização da escolha do melhor regime tributário para a entidade elaborou-se uma projeção das receitas, custos e despesas para um período inicial das atividades, correspondente aos meses de julho de 2014 á Junho de 2015. A cada novo período novas despesas surgem, essas variações fazem referência às necessidades do momento. Abaixo segue quadros demonstrando as projeções.

Quadro 1- Orçamento de vendas em R\$

Descrição	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Receita com vendas	225.682,40	315.297,56	288.929,47	355.856,02	1.185.765,45

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Adicionando-se os valores das receitas com vendas dos quatro trimestres estudados obtém-se um total de R\$ 1.185.165,45.

Quadro 2- Orçamento de Compras e Custo de compras Lucro Real em R\$

Descrição	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Compra de Mercadorias	248.336,04	243.895,45	137.934,37	118.111,93	748.277,79
(-) ICMS Recuperável	42.217,13	41.462,23	23.448,84	20.079,03	127.207,23
(-) PIS Recuperável	4.097,54	4.024,27	2.275,92	1.948,85	12.346,58
(-)COFINS Recuperável	18.873,54	18.536,05	10.483,01	8.976,51	56.869,11
(=)Custo de Aquisição	183.147,83	179.872,89	101.726,60	87.107,55	551.854,87

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

No regime tributário do Lucro Real, tendo os números das compras de mercadorias dos quatro trimestres abordados, deduzindo-se os valores de ICMS, PIS e COFIS recuperáveis tem-se o custo de aquisições do período no total de R\$ 551.854,87.

Quadro 3- Orçamento de Compras e Custo de compras Lucro Presumido em R\$

Descrição	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Compra de Mercadorias	248.336,04	243.895,45	137.934,37	118.111,93	748.277,79
(-) ICMS Recuperável	42.217,13	41.462,23	23.448,84	20.079,03	127.207,23
(=) Custo de Aquisição	206.118,91	202.433,22	114.485,53	98.032,90	621.070,56

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Para o regime tributário do Lucro Presumido, exibido os valores das compras de mercadorias dos quatro trimestres considerados, menos o ICMS recuperável chega-se ao valor total de R\$ 621.070,56 de Custo de Aquisição.

Quadro 4- Orçamento de Compras e Custo de compras Simples Nacional em R\$

Descrição	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Compra de Mercadorias	248.336,04	243.895,45	137.934,37	118.111,93	748.277,79
(=) Custo de Aquisição	248.336,04	243.895,45	137.934,37	118.111,93	748.277,79

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

E por fim, para o regime tributário do Simples Nacional, com as compras de mercadorias realizadas nos quatro trimestres, como não há deduções, temos um total da somatória dos trimestres, sendo de R\$ 748.277,79

Quadro 5 - Orçamento de despesa com salários em R\$

Valores/Regime	Lucro Real	Lucro Presumido	Simples Nacional
Salário Bruto	224.475,70	224.475,70	224.475,70
FGTS	17.958,06	17.958,06	17.958,06
INSS Patronal	44.895,14	44.895,14	
Provisão p/ Férias	24.941,74	24.941,74	24.941,74
Provisão p/ Décimo Terceiro	18.706,31	18.706,31	18.706,31
Provisão INSS s/ Décimo T. e Férias	8.729,61	8.729,61	
Provisão FGTS s/ Décimo T. e Férias	3.491,84	3.491,84	3.491,84
Total	343.198,40	343.198,40	289.573,65
Total dos salários bruto		Aumento sindicato	
224.475,70		15.713,30	

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Na análise do orçamento das despesas com salários, para cada um dos regimes tributários, levam-se em consideração a somatória do Salário Bruto, o FGTS, o INSS Patronal, a Provisão para Férias, a Provisão para Décimo Terceiro, a Provisão do INSS sem o décimo terceiro e férias e a provisão do FGTS sem décimo terceiro e férias, totalizando-se para o Lucro

Real e Lucro Presumido R\$ 343.198,40 e para o Simples Nacional R\$ 289.573,65, pois nesse regime tributário, não há adição do INSS Patronal e a Provisão do INSS sem décimo terceiro e férias. Apresenta-se também o aumento do sindicato no período estudado que seria de R\$ 15.713,30, visto que este valor já está embutido no total dos salários brutos.

Quadro 6- Tabela INPC em R\$

Período	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total do período
Receita com vendas	225.682,40	315.297,56	288.929,47	355.856,02	1.185.765,45
INPC	0,80%	0,51%	1,38%	0,82%	3,51%
Receitas c/ INPC	227.487,86	316.905,58	292.916,70	358.774,04	1.196.084,17
Período	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total do período
Compra de Mercadorias	248.336,04	243.895,45	137.934,37	118.111,93	748.277,79
INPC	0,80%	0,51%	1,38%	0,82%	3,51%
Compras c/ INPC	250.322,73	245.139,32	139.837,86	119.080,45	754.380,36

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

O total da receita com vendas nos quatro trimestres analisados é de R\$ 1.185.765,45, levando-se em consideração as variações em porcentagem do INPC do período, obtém-se o montante de R\$ 1.119.084,17.

Para as compra de mercadorias nesse mesmo época, no total de R\$ 748.277,79, com as variações em porcentagem do INPC do período, tem-se importância de R\$ 754.380,36.

5.3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Para começar um bom planejamento tributário, deve-se fazer a escolha do melhor regime que a empresa possa se enquadrar. Cada regime tributário possui uma legislação própria que define todos os procedimentos a serem seguidos a fim de definir um enquadramento mais adequado conforme a entidade.

Extremamente complexa e bastante comum a dúvida, a estrutura tributária vigente no Brasil confunde quando aos impostos que incidem nos preços, por serem facilmente trocados pelos encargos sociais. A diferença está na base de cálculo sobre a qual incidem os tributos e os encargos, enquanto no primeiro recai sobre o faturamento, o segundo é sobre a folha de

pagamento. Na formação de preços, somente os tributos são considerados e tratados como despesas variáveis, já os encargos sociais são tratados como despesas fixas (ASSEF, 1997).

5.3.4 Demonstração do Resultado Acumulado

Para realização da melhor escolha do regime tributário da entidade elaborou-se as projeções abaixo.

Quadro 7- Demonstração do Resultado em R\$

Valores/Regime	Lucro Real	Lucro Presumido	Simples Nacional
1- Receita Operacional Bruta	1.185.765,45	1.185.765,45	1.185.765,45
2- (-) Deduções	311.263,43	244.860,57	89.406,71
(-) ICMS	201.580,13	201.580,13	
(-) PIS	19.565,13	7.707,48	
(-) COFINS	90.118,17	35.572,96	
(-) Simples s/ Vendas			89.406,71
3- (=) Receita Operacional Líquida	874.502,02	940.904,88	1.096.358,74
4- (-) Custo dos Produtos Vendidos	551.854,87	621.070,56	748.277,79
(-) Valor Compras	748.277,79	748.277,79	748.277,79
(+) Impostos Recuperados	196.422,92	127.207,23	
5- (=) Resultado Bruto	322.647,15	319.834,32	348.080,95
6- (-) Despesas Operacionais	583.920,23	583.920,23	530.295,48
(-) Despesas com salários	343.198,40	343.198,40	289.573,65
(-) Administrativas gerais	235.316,53	235.316,53	235.316,53
(-) Despesas Financeiras	6.361,95	6.361,95	6.361,95
(+) Receitas Financeiras	956,65	956,65	956,65
7- (=) Resultado antes IRPJ/CSLL	-261.273,08	-264.085,91	-182.214,53
(-) IRPJ			
(-) CSLL			
8 (=) Resultado Líquido	-261.273,08	-264.085,91	-182.214,53

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Analisando as demonstrações de resultado dos três regimes tributários, Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional, observa-se pelos valores apresentados que o melhor regime a ser seguido pela empresa, ou seja, o que apresenta menor prejuízo e impostos a pagar, é o Simples Nacional com um Resultado Líquido Negativo de R\$ -182.214,53.

O prejuízo calculado na análise confirma o da demonstração do resultado real da empresa, que possui prejuízo também.

Sugere-se para empresa rever suas estratégias de vendas, para nos próximos exercícios sociais obter lucro, um resultado líquido positivo.

5.4 LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

Posterior a escolha do melhor regime tributário para empresa, o Simples Nacional, são realizados e apresentados os lançamentos contábeis abaixo.

Quadro 8- Lançamentos Contábeis em R\$

D = Caixa (A) 1.185.765,45
C = Receita com Vendas (DR) = 1, 185.765,45
D = Estoque (A) 748.277,79
C = Caixa (A) = 748.277,79
D = CMV (DR) 748.277,79
C = Estoque (A) = 748.277,79
D = Despesas com Salários (DR) 289.573,65
C = Caixa (A) 289. 573,65
D = Despesas Administrativas (DR) 235.316,53
C = Caixa (A) 235.316,53
D = Despesas Financeiras (DR) 6.361,95
C = Caixa (A) 6.361,95
D = Caixa (A) 956,65
C = Receitas Financeira (DR) 956,65
D = Despesas com Simples (DR) 89.406,71
C = Caixa (A) 89.406,71
D = Prejuízos Acumulados (PL) 182.214,53
C = Resultado do exercício (DR) 182.214,53

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

5.5 ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMIOS E FINANCEIROS

Quadro 9- Análise de indicadores

Índices de liquidez	Valores
Liquidez corrente = ativo circulante/passivo circulante	4,47
Liquidez seca = ativo circulante- estoque/passivo circulante	0,70
Liquidez imediata = disponível/passivo circulante	0,23
Liquidez geral = ativo circulante + ativo realizável a longo prazo/passivo circulante + passivo exigível à longo prazo	4,47
Indicadores de Atividade	
Prazo médio de estocagem = estoque médio/ custo do produto vendido * 360	227,15
Giro de estoque = 360/resultado do prazo médio de estocagem	1,58
Prazo médio de pagamento aos fornecedores = contas a pagar a fornecedor/ compras a prazo ou CMV * 360	39
Prazo médio de cobrança = valor a receber das vendas a prazo/valores anuais a prazo ou CMV * 360	344
Indicadores de Endividamento e estrutura	
Relação capital de terceiros com o capital próprio = exigível total (PC+PNC) /patrimônio líquido	1,50
Relação capital de terceiros com o ativo total = exigível total (PC+PNC) /ativo total	0,60
Imobilização de Recursos Permanentes	
Imobilização recursos permanentes= ativo permanente/ ativo exigível a longo prazo + Patrimônio Líquido	0,32
Indicadores de rentabilidade	
Retorno sobre o ativo (ROA)	
ROA= Lucro operacional/ ativo total	0,37
Retorno sobre o Investimento (ROI)	
ROI= lucro operacional/investimento médio (ativo total – obrigações sociais + fornecedores + obrigações fiscais)	0,33
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	
ROE=lucro líquido/patrimônio líquido médio	0,93
Indicadores de lucratividade nas vendas	
Margem operacional=lucro operacional líquido IR/vendas líquidas	0,21
Margem líquida=lucro líquido/vendas líquidas	0,21
Índice de insolvência	
X1=Lucro líquido * 0,05/patrimônio líquido	0,0463
X2= Ativo circulante+ ativo realizável a longo prazo * 1,65/exigível total (passivo circulante + passivo exigível a longo prazo)	7,3784
X3=Ativo circulante-estoques * 3,55/passivo circulante	2,4803
X4=Ativo circulante * 1,05 /passivo circulante	4,7401
X5=Exigível total (passivo circulante + passivo exigível a longo prazo) * 0,33/patrimônio líquido	0,1609
Fator de insolvência= X1+X2+X3-X4-X5	5,040

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Analisando os índices temos: A liquidez corrente da empresa está em 4,47, que serve para medir a capacidade de pagamento de curto prazo, quando maior que 1 indica que o ativo circulante é superior ao passivo circulante. A Liquidez seca é de 0,70, esse índice revela o % que pode ser resgatado mediante o uso de ativos circulantes de maior liquidez. A Liquidez imediata é de 0,23, que reflete a porcentagem das dívidas de curto prazo que pode ser saldada

imediatamente pela empresa por suas disponibilidades de caixa. A Liquidez geral é de 4,47, demonstra a saúde financeira de curto e longo prazo, quanto para cada R\$ 1,00 de dívidas totais a empresa possui de ativos da mesma maturidade.

O Prazo médio de estocagem é de 227 dias, indica o tempo médio para a completa renovação do estoque da empresa. O Giro de estoque é de 1 dia, que demonstra a cada quanto tempo o estoque é renovado. O Prazo médio de pagamento de fornecedores é de 39 dias, que revela o tempo médio que a empresa trabalha para pagar os seus fornecedores. O Prazo médio de cobrança é de 344 dias, esse indicador revela o tempo médio que a empresa dispõe para receber das vendas realizadas a prazo.

A Relação de capital de terceiros e capital próprio é de 1,50, este índice revela o nível de endividamento em relação a seus financiamentos por meio de recursos próprios, ou seja, para cada R\$ 1,00 de capital investido quanto foi levantado de capital de terceiros. Relação de capital de terceiros e ativo total é de 0,60, esse índice demonstra o % de recursos da empresa que está financiada por capital de terceiros. Para cada R\$ 1,00 de recursos investidos pela empresa em ativos quanto é financiado por recursos próprios.

O Imobilização de recursos permanentes é de 0,32, revela o % do passivo permanente da empresa que se encontra imobilizado em ativos não circulantes.

O ROA é de 0,37, demonstra o retorno que se obteve sobre o valor investido. O ROI é de 0,33, demonstra os recursos captados pela empresa e aplicado em seus negócios. O ROE é de 0,93, esse índice é usado para mensurar o retorno dos recursos aplicados na empresa por seus proprietários, ou seja, a cada R\$ 1,00 de recursos próprios investidos quanto os proprietários obtêm de lucro.

A Margem operacional é de 0,21, apresenta a eficiência da empresa em produzir lucros por meio de suas vendas. Nesse caso, a Margem operacional e a mesma da Margem líquida, pois não há provisões para IR e CSLL. O Índice de solvência é de 5 indica que a empresa passa por um período de solvência, ou seja, ela continuará em operação no futuro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com objetivo de verificar o regime tributário adequado para uma empresa comercial do segmento de vidros temperados realizou-se uma análise tributária baseada nas informações cedidas pela contabilidade da empresa Hall Comércio de Vidros, seu faturamento no período de um ano, despesas, compras, valores de imobilizados, balanço patrimonial e DRE.

O primeiro passo foi conhecer a origem do vidro, sua composição, fabricação e larga utilização no mercado atual. Com papel fundamental na arquitetura, o vidro, está sendo utilizado não somente para dividir ambientes e trazer luminosidade a um local, mas para fechamentos de grandes edifícios, fachadas inteiras revestidas pelo mesmo.

Compreender a área tributária, seus objetivos e aplicações, foi o segundo passo. Visando que o planejamento tributário não é somente um direito, mas um dever determinado em artigo e indispensável dentro da empresa, para redução de custos, e também como ferramenta administrativa.

Para embasamento da pesquisa, e elaboração do artigo aprofundou-se estudos nas áreas de história e evolução da contabilidade, contabilidade tributária, economia e administração financeira e orçamentária, regidos pelos quatro professores das matérias do semestre.

E por fim, e respondendo a proposta apresentada, em cima dos dados apresentados, calculou-se a tabela de tributação de cada regime, indicadores de rentabilidade e tabela de INPC, observando e identificando que o melhor regime tributário para a empresa é o Simples Nacional, atuante já pela mesma.

REFERÊNCIAS

- A origem do vidro. **AKZONOBEL**, 2014. Disponível em: <https://www.akzonobel.com/wood/br/news/index/artigos/>. Acesso em: 10/08/2015. 2014.
- BENETTI, Eduardo. **O conceito básico do IPI**. 2002. Disponível em: <http://www.portaldepostos.com.br/paginas/conte.impostos%20e%20taxas.materia3.html> Acesso em: 30/08/2015. 2002.
- BEUREN, I.M. *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 3º ed. 2008.
- BNDES. Considerações sobre a indústria do vidro no Brasil.
- CAMARGO, Roberto. **Conceito de ICMS**. 2008. Disponível em: <http://robertocamargo.typepad.com/educacaotributaria/2008/05/icms.html>. Acesso em: 30/08/2015. 2008.
- CHAVES, Francisco Coutinho. **Contabilidade tributária**. São Paulo: Atlas, 2009.
- CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento tributário na prática: gestão tributária na aplicada**. São Paulo: Atlas, 2009.
- COELHO, Claudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial, elaborado conforme as leis n°s 11.638/07 e**

11.941/09 e pronunciamentos do CPC (Comite de Pronunciamentos Contábeis). São Paulo: Atlas, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 3º ed. 1987.

DUARTE, Marcos. **A opção aos regimes de tributação vigentes.** 2013. Disponível em: <http://www.tbsconsultoria.com.br/a-opcao-aos-regimes-de-tributacao-vigentes/>. Acesso em: 30/08/2015. 2013.

FABRETTI, Lúaudio Camargo. **Contabilidade Tributária.** 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FARINA, Erick. **Especialista cobram fiscalização na fabricação de vidros temperados.** 2015. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2015/05/especialistas-cobram-fiscalizacao-na-fabricacao-de-vidros-temperados-4759898.html>. Acesso em: 05/10/2015. 2015.

FERNANDES, Edison Carlos. **Impacto da Lei nº 11.638/07 sobre os tributos e a contabilidade.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, Anelice M. Banhara. **Pesquisa científica e trabalhos acadêmicos.** Chapecó: UCEFF Faculdades, 2º ed. 2014.

FIGUEIREDO, Ferdinando de Oliveira. **Introdução a contabilidade nacional.** 16.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira.** São Paulo: Harbra, 1997.

HALL Vidros, 2013. Disponível em: <http://www.hallvidros.com.br/noticia/historia-do-vidro-temperado>. Acesso em: 10/08/2015. 2013.

IMPOSTOMETRO. 2013. Relação dos tributos cobrados no Brasil. Disponível em: <http://www.impostometro.com.br/posts/relacao-dos-tributos-cobrados-no-brasil>. Acesso em: 20/10/2015.

JÚNIOR, José De Alencar Rocha Loures. **Administração financeira e orçamentária.** 2010. Disponível em: <https://professorfernando.wikispaces.com/file/view/Apostila+de+Administra%C3%A7%C3%A3o+Financeira+e+Or%C3%A7ament%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 30/08/2015. 2010.

LOPES, Antônio de Sá. **Ética Profissional.** São Paulo: Atlas, 9º Ed. 2010

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 7º ed. 2010.

MOREIRA, José Carlos. **Orçamento Empresarial: Manual de Elaboração.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

O vidro. **Cebrace**, 2015. Disponível em: <http://www.cebrace.com.br/v2/vidro>. Acesso em: 10/08/2015. 2015.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. São Paulo: Pioneira, 1999.

R7. **As vantagens e indicações de uso do vidro temperado**. 2015. Disponível em: <http://noticias.r7.com/dino/economia/as-vantagens-e-indicacoes-de-uso-do-vidro-temperado-22072015>. Acesso em: 05/10/2015. 2015.

SCHERER, Minéia Johann. **Estudo do isolamento sonoro de vidros de diferentes tipos e espessuras, em vitragem simples e dupla**. 2005. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppgec/wpcontent/uploads/DISSERTA%C3%83%E2%80%A1%C3%83%6%92O%20MIN%C3%83%E2%80%B0IA%20SCHERER.pdf>. Acesso em 05/10/2015. p. 19,20 e 21. 2005.

STEPHEN, Ross Randolth W; WESTERFIED, Jeffery E Jaffe. **Administração financeira**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

TROSTER, Roberto Luís; MOCHÓN, Francisco. **Administração do Capital de Giro**. São Paulo: Atlas, 1995.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; GARCIA, E. Manuel. **Fundamentos de Economia**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.